



## ÍNDICE

- Enquadramento
- Metodologia
- Riscos De Corrupção E Infrações Conexas
- Nível De Implementação
- Conclusão

## ENQUADRAMENTO

De acordo com o Decreto-Lei nº 109-E/2021, referente ao Regime Geral de Prevenção da Corrupção, a EDINORTE implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de modo a promover uma cultura de integridade e de transparência.

Neste Plano estão presentes os riscos de corrupção e infrações conexas presentes nos diferentes departamentos da empresa e as medidas preventivas e corretivas. O mesmo encontra-se disponível, no nosso site, para consulta em <https://www.edinorte.pt/etica-e-compliance/>.

Nos termos do no art.º 6, n.º 4 do Decreto-Lei nº 109-E/2021 de 09-12-2021, a execução do PPR está sujeita a controlo, nos seguintes termos:

- a) Elaboração, no mês de outubro, de **relatório de avaliação intercalar** nas situações identificadas de risco elevado ou máximo;
- b) Elaboração, no mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, de **relatório de avaliação anual**, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

Assim, dando cumprimento ao referido, a EDINORTE apresenta o Relatório de Avaliação Anual dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

## METODOLOGIA

O presente relatório tem como objetivo apresentar a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação. Para mitigar os riscos identificados no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, foram definidas um conjunto de medidas preventivas e corretivas aplicáveis aos vários departamentos da empresa.

Nesse sentido, foi realizada uma análise interna às atividades e responsabilidades dos diversos departamentos com o objetivo de verificar a adequação e aplicação das medidas preventivas previstas no Plano bem como das normas internas e outra documentação aplicável.

## RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Para efeitos do presente relatório, foram identificados todos os riscos considerados no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, nomeadamente:

### ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Risco	Grau de Risco
Aprovação de despesas não documentadas, não enquadradas na atividade da empresa ou cujo montante não seja adequado à sua natureza.	Muito Reduzido
Apropriação ou utilização indevida de recursos financeiros por colaboradores com poderes de movimentação de contas bancárias.	Muito Reduzido
Risco de criação de entidades terceiras fictícias no sistema PHC	Reduzido
Risco de alteração fraudulenta da informação de suporte aos pagamentos (por exemplo, IBAN), comprometendo a integridade dos dados utilizados nas transações financeiras.	Muito Reduzido
Risco de processamento de pagamentos na ausência de receção efetiva de bens/materiais ou da prestação de serviços correspondentes.	Muito Reduzido

## RECURSOS HUMANOS

Risco	Grau de Risco
Risco de tratamento indevido, privilegiado ou discriminatório de candidatos no decurso do processo de recrutamento e seleção	Reduzido
Risco de utilização de mão-de-obra estrangeira, direta ou indiretamente através de subcontratação, sem a devida regularização da sua situação legal perante as entidades competentes	Moderado
Risco de admissão de colaboradores que não reúnam requisitos de idoneidade, designadamente com antecedentes profissionais associados a práticas de fraude ou corrupção	Reduzido
Risco de manipulação da informação associada ao processamento salarial, suscetível de originar pagamentos indevidos	Muito Reduzido

## JURÍDICO

Risco	Grau de Risco
Risco de modificação indevida das minutas contratuais definidas pelo departamento jurídico da organização, aplicáveis aos diversos departamentos e partes interessadas, decorrente da descentralização do processo de formalização, podendo comprometer a adequada salvaguarda dos interesses da empresa.	Muito Reduzido
Risco de incumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis à organização, decorrente do seu desconhecimento ou inadequada interpretação, com potenciais consequências jurídicas, financeiras e reputacionais.	Moderado
Possibilidade de emissão de pareceres jurídicos influenciados ou omissão de informação relevante, bem como de conluio ou intervenção indevida em processos e divulgação não autorizada de informação confidencial ou privilegiada, visando a obtenção de benefícios ilegítimos.	Moderado

## APROVISIONAMENTO

Risco	Grau de Risco
Aquisição de bens dissociada de necessidades efetivas da organização, realizada com o propósito de favorecer interesses externos ou terceiros, em detrimento dos objetivos e interesses da Edinorte.	Muito Reduzido
Elaboração e formalização de contratos com cláusulas imprecisas, designadamente no que respeita às condições de pagamento e à definição do objeto contratual, comprometendo a clareza, a correta interpretação, a verificação da execução dos serviços e o adequado controlo financeiro dos pagamentos.	Muito Reduzido
Aceitação de vantagens indevidas, de natureza pecuniária ou outra, com vista a influenciar processos de seleção, contratação ou favorecimento de fornecedores ou prestadores de serviços, em violação dos princípios de imparcialidade e integridade	Muito Reduzido
Aquisição de bens dissociada de necessidades efetivas da organização, realizada com o propósito de favorecer interesses externos ou terceiros, em detrimento dos objetivos e interesses da Edinorte.	Reduzido
Risco de apresentação de propostas subavaliadas por subempreiteiros, com a intenção de, após a contratualização, obter revisões contratuais ou compensações adicionais.	Moderado

## COMERCIAL E ORÇAMENTAÇÃO

Risco	Grau de Risco
Ausência de independência no processo de decisão relativo à angariação comercial de projetos junto de clientes que constituem partes relacionadas ou cujos projetos correspondem a interesses de natureza pessoal.	Muito Reduzido
Possibilidade de captação de clientes sem idoneidade adequada, decorrente da inexistência ou insuficiência de procedimentos de due diligence.	Moderado
Possibilidade de envolvimento em práticas ilícitas, nomeadamente através da concessão de benefícios indevidos ou do exercício de influência imprópria, com vista a obter vantagens em procedimentos de contratação pública ou a influenciar a tomada de decisão por parte de agentes públicos.	Moderado
Risco de celebração de acordos comerciais em condições desfavoráveis ou lesivas para a organização, motivados pela obtenção de vantagens indevidas de natureza pessoal ou alheias aos interesses da entidade.	Reduzido
Manipulação intencional de dados constantes dos orçamentos, comprometendo a rastreabilidade, a fundamentação e a validação adequada das propostas comerciais	Reduzido
Elaboração e formalização de contratos com base em modelos contratuais que não asseguram a adequada proteção das vantagens da empresa, podendo favorecer interesses particulares dissociados dos objetivos da organização.	Reduzido

## PRODUÇÃO

Risco	Grau de Risco
Favorecimento ou desfavorecimento indevido na contratação de fornecedores e subempreiteiros para execução dos projetos	Reduzido
Alteração indevida, ocultação de elementos relevantes ou apresentação insuficiente de informação nos orçamentos elaborados, comprometendo a sua adequada monitorização e a fundamentação das despesas associadas.	Moderado
Possibilidade de modificação inadequada ou divergência entre as quantidades e descrições de materiais e/ou equipamentos efetivamente rececionados em obra e aqueles que são registados nos sistemas internos.	Moderado
Utilização indevida, apropriação, desvio ou subtração de recursos afetos às empreitadas, com vista à obtenção de benefícios alheios aos interesses da organização.	Moderado
Risco dos custos associados a trabalhadores subcontratados e equipamentos alugados excederem a respetiva utilização efetiva em obra, devido à elevada rotatividade de recursos e a desvios entre a presença e a execução real do trabalho.	Moderado
Risco de ocorrência de custos adicionais ou trabalhos a mais face ao contrato inicial das obras, sem possibilidade de repercussão no cliente e desprovidos de fundamentação económica, com impacto financeiro negativo para a organização.	Moderado
Prática de atos de corrupção, incluindo a oferta ou concessão de vantagens indevidas a agentes públicos ou entidades fiscalizadoras, no âmbito de inspeções, vistorias ou processos de licenciamento de obras, com vista à obtenção de benefícios	Reduzido

## TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Risco	Grau de Risco
Negociação de parcerias tecnológicas mediante a concessão ou obtenção de benefícios indevidos, alheios aos interesses da organização.	Muito Reduzido
Aquisição de software e respetivas licenças com vista à obtenção de benefícios indevidos, próprios ou de terceiros, alheios aos interesses da organização.	Muito Reduzido
Implementação de mecanismos de controlo de acessos aos sistemas de informação, assegurando a confidencialidade das credenciais e a adequada atribuição de perfis e privilégios de acesso a informação sensível da empresa.	Muito Reduzido
Risco de utilização indevida ou acesso não autorizado a informação confidencial, por colaboradores ou terceiros, decorrente de gestão inadequada dos perfis e privilégios de acesso aos sistemas de informação.	Moderado
Risco de não conformidade legal decorrente da alteração indevida de minutas contratuais definidas pela área jurídica e do desconhecimento das obrigações regulamentares aplicáveis, com potencial impacto jurídico, financeiro e reputacional para a organização.	Moderado

## QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

Risco	Grau de Risco
Risco de conflito de interesses no âmbito de auditorias internas, suscetível de comprometer a independência, imparcialidade e fiabilidade dos resultados, bem como a eficácia do Sistema Integrado de Gestão.	Muito Reduzido
Risco de manipulação ou omissão de informação relevante, bem como de falhas ou práticas indevidas no âmbito de auditorias internas e externas, incluindo situações de suborno a entidades certificadoras, comprometendo a identificação de não conformidades e a credibilidade do Sistema Integrado de Gestão.	Muito Reduzido
Risco de comprometimento da independência e fiabilidade das auditorias internas, podendo originar omissões ou distorções de informação, incumprimento de requisitos e fragilização dos controlos e da eficácia do Sistema Integrado de Gestão.	Muito Reduzido
Risco de favorecimento indevido na seleção de fornecedores e de utilização imprópria dos recursos afetos à segurança, em benefício próprio ou de terceiros, em detrimento dos colaboradores e subcontratados, comprometendo a segurança no exercício das suas funções.	Moderado
Conluio e favorecimento indevido de entidades externas, através da atribuição de vantagens injustificadas (ex.: fornecedores, subempreiteiros ou entidades fiscalizadoras), ou da atuação planeada para ocultar incumprimentos, comprometendo a imparcialidade, a transparência e a obediência das normas aplicáveis em matéria de segurança.	Moderado
Omissão ou manipulação de informação em matéria de segurança, incluindo a não comunicação de incumprimentos, a alteração, ocultação ou falsificação de registos e relatórios, com impacto na transparência, no cumprimento das obrigações legais e na adequada proteção dos trabalhadores.	Moderado

Na matriz elaborada pela EDINORTE foram identificados 41 riscos, dos quais 16 apresentam risco moderado, 9 apresentam risco reduzido e 16 apresentam risco muito reduzido. Salienta-se que não se verifica a existência de riscos com grau de avaliação elevado ou muito elevado.

## NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO

Para efeitos do presente relatório foi realizada uma avaliação do grau de implementação das medidas implementadas para todos os riscos.

Esse grau foi apurado tendo em conta a seguinte classificação:

- Medida Implementada (MI)
- Medida em Implementação (MEI)
- Medida Não Implementada (MNI)

Na tabela abaixo, encontra-se o grau de implementação de cada uma das medidas.

### ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Aprovação de despesas não documentadas, não enquadradas na atividade da empresa ou cujo montante não seja adequado à sua natureza.	Cumprimento da política de apresentação, aprovação e reembolso de despesas a colaboradores	MI	SIM	N/A
	Existência de workflow de aprovação relativo à validação de despesas, envolvendo diversas áreas da organização	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Apropriação ou utilização indevida de recursos financeiros por colaboradores com poderes de movimentação de contas bancárias.	Instituição de um modelo formal de aprovação hierárquica;	MI	SIM	N/A
	Realização de auditorias periódicas, independentes e devidamente estruturadas;	MI	SIM	N/A
	Obrigatoriedade de, pelo menos, duas autorizações para a realização de movimentos em contas bancárias;	MI	SIM	N/A
	Implementação de mecanismos de controlo de acessos às contas bancárias, assegurando a limitação às credenciais, bem como a realização de procedimentos regulares de monitorização e validação das reconciliações bancárias, com periodicidade mensal.	MI	SIM	N/A
Risco de criação de entidades terceiras fictícias no sistema PHC	O sistema PHC encontra-se parametrizado de modo a assegurar que apenas são submetidas a pagamento faturas previamente validadas, no âmbito do processo de receção e conferência de bens e/ou serviços.	MI	SIM	N/A
	Paralelamente, é garantida a adequada separação de funções ao longo do processo, assegurando a distinção entre as responsabilidades de validação e de autorização de pagamento.	MI	SIM	N/A
Risco de alteração fraudulenta da informação de suporte aos pagamentos (por exemplo, IBAN), comprometendo a integridade dos dados utilizados nas transações financeiras.	Registo integral, no sistema PHC, de todas as modificações realizadas, incluindo a identificação do utilizador responsável e a respetiva data de execução;	MI	SIM	N/A
	Monitorização e revisão sistemática das conciliações bancárias.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de processamento de pagamentos na ausência de recepção efetiva de bens/materiais ou da prestação de serviços correspondentes.	O programa PHC impede a inclusão, para efeitos de pagamento, de faturas que não tenham previamente concluído o fluxo de validação relativo à recepção e conferência de bens e/ou serviços;	MI	SIM	N/A
	Garantia de segregação de funções entre os intervenientes responsáveis pela recepção de bens e/ou serviços e aqueles que procedem à autorização e execução dos pagamentos.	MI	SIM	N/A

## RECURSOS HUMANOS

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de tratamento indevido, privilegiado ou discriminatório de candidatos no decurso do processo de recrutamento e seleção	Diferentes fases do processo e a aprovação de diretrizes aplicáveis ao respetivo procedimento;	MI	SIM	N/A
	Exigência de participação de um representante do departamento Recursos Humanos ou do Diretor do departamento em causa no processo de recrutamento;	MI	SIM	N/A
	Proibição de envolvimento, nas fases de avaliação e decisão, de colaboradores que tenham efetuado a recomendação do candidato.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de utilização de mão-de-obra estrangeira, direta ou indiretamente através de subcontratação, sem a devida regularização da sua situação legal perante as entidades competentes	Proibição de admissão de trabalhadores que não disponham de autorização legal válida para o exercício de atividade, nomeadamente visto de trabalho, visto de residência ou autorização de residência;	MI	SIM	N/A
	Procedimentos de verificação, pelo departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS), da conformidade legal dos trabalhadores afetos a entidades subcontratadas	MI	SIM	N/A
Risco de admissão de colaboradores que não reúnam requisitos de idoneidade, designadamente com antecedentes profissionais associados a práticas de fraude ou corrupção	Adoção de um processo de recrutamento estruturado, composto por múltiplas fases de avaliação, com a intervenção de diferentes responsáveis, incidindo sobre competências técnicas e comportamentais;	MI	SIM	N/A
	Realização de verificação de referências profissionais dos candidatos;	MI	SIM	N/A
	Recolha e validação da informação constante do registo criminal, quando aplicável.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de manipulação da informação associada ao processamento salarial, suscetível de originar pagamentos indevidos	Implementação de controlos internos no processamento salarial;	MI	SIM	N/A
	Registo e processamento de remunerações de forma estruturada;	MI	SIM	N/A
	Atribuição de acessos com base nas responsabilidades funcionais;	MI	SIM	N/A
	Revisão periódica dos perfis de acesso;	MI	SIM	N/A
	Limitação de permissões de consulta e edição;	MI	SIM	N/A
	Realização de reconciliações periódicas;	MI	SIM	N/A
	Execução de verificações por amostragem	MI	SIM	N/A

JURÍDICO

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de modificação indevida das minutas contratuais definidas pelo departamento jurídico da organização, aplicáveis aos diversos departamentos e partes interessadas, decorrente da descentralização do processo de formalização, podendo comprometer a adequada salvaguarda dos interesses da empresa.	Todas as modificações às minutas contratuais elaboradas e estabelecidas pelo departamento jurídico estão sujeitas a validação prévia obrigatória pelo mesmo;	MI	SIM	N/A
	Definição de fluxos de aprovação e rastreabilidade das alterações as cláusulas contratuais;	MI	SIM	N/A
	Monitorização e auditoria dos processos contratuais, com reforço dos controlos internos e revisão de procedimentos;	MI	SIM	N/A
	Formação dos colaboradores em matérias contratuais e requisitos legais;	MEI	SIM	N/A
	Aplicação de medidas disciplinares em caso de incumprimento	MI	SIM	N/A
Risco de incumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis à organização, decorrente do seu desconhecimento ou inadequada interpretação, com potenciais consequências jurídicas, financeiras e reputacionais.	Monitorização contínua da legislação aplicável e promoção de formação regular em requisitos legais nas diversas áreas da organização	MEI	SIM	N/A
	Recurso contínuo a assessoria externa especializada, orientado para a atenuação do risco, em função das diferentes áreas de especialidade;	MI	SIM	N/A
	Regularização célere de situações de incumprimento identificadas.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Possibilidade de emissão de pareceres jurídicos influenciados ou omissão de informação relevante, bem como de conluio ou intervenção indevida em processos e divulgação não autorizada de informação confidencial ou privilegiada, visando a obtenção de benefícios ilegítimos.	Garantia de independência, revisão de pareceres e gestão de conflitos de interesse;	MI	SIM	N/A
	Controlo de acessos e definição de procedimentos formais;	MI	SIM	N/A
	Reforço de controlo e monitorização contínua de procedimentos internos da organização;	MI	SIM	N/A
	Análise e revisão de situações de risco e investigação de irregularidades;	MI	SIM	N/A
	Aplicação de medidas disciplinares em caso de incumprimento.	MI	SIM	N/A

APROVISIONAMENTO

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Aquisição de bens dissociada de necessidades efetivas da organização, realizada com o propósito de favorecer interesses externos ou terceiros, em detrimento dos objetivos e interesses da Edinorte.	Aplicação e cumprimento do Código de Conduta;	MI	SIM	N/A
	Existência de workflow no sharepoint da organização, envolvendo diferentes níveis hierárquicos de aprovação;	MI	SIM	N/A
	Realização periódica de reuniões internas entre as áreas de Produção e Aprovisionamentos, com vista à análise e monitorização do Plano de Aprovisionamentos associado às empreitadas em curso;	MI	SIM	N/A
	Processos de aquisição sujeitos a inserção das necessidades de bens e/ou prestação de serviços e aprovação através do sharepoint em conformidade com a matriz de validação e os níveis de autorização vigentes, assegurando a adequada segregação de funções;	MI	SIM	N/A
	O registo contabilístico de faturas, bem como a respetiva liquidação, apenas são efetuados após a verificação do cumprimento integral dos procedimentos de validação no PHC, incluindo a aprovação formal e a confirmação da receção de bens e/ou prestação de serviços	MI	SIM	N/A

APROVISIONAMENTO

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Elaboração e formalização de contratos com cláusulas imprecisas, designadamente no que respeita às condições de pagamento e à definição do objeto contratual, comprometendo a clareza, a correta interpretação, a verificação da execução dos serviços e o adequado controlo financeiro dos pagamentos.	Implementação de processos sistemáticos de avaliação e monitorização de fornecedores, assentes em critérios objetivos e previamente definidos;	MI	SIM	N/A
	Obrigatoriedade de formalização de todas as aquisições mediante a emissão de pedidos de compra, devidamente registados no sharepoint da organização e acompanhados da clara definição do respetivo objeto contratual	MI	SIM	N/A
Aceitação de vantagens indevidas, de natureza pecuniária ou outra, com vista a influenciar processos de seleção, contratação ou favorecimento de fornecedores ou prestadores de serviços, em violação dos princípios de imparcialidade e integridade	Aplicação da política de fornecedores, com workflows e níveis de aprovação hierárquica que asseguram controlo e segregação de funções;	MI	SIM	N/A
	Processo de seleção e adjudicação com validação cruzada entre áreas;	MI	SIM	N/A
	Avaliação contínua de fornecedores, incluindo análise do respetivo histórico de desempenho.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Aquisição de bens dissociada de necessidades efetivas da organização, realizada com o propósito de favorecer interesses externos ou terceiros, em detrimento dos objetivos e interesses da Edinorte.	Promoção de reuniões periódicas, na fase inicial para planeamento da empreitada, destinada à identificação dos principais bens e/ou serviços necessário de fornecimento;	MI	SIM	N/A
	Partilha, pela área comercial, de informação relativa aos valores orçamentados e às estimativas quantitativas essenciais à execução da empreitada;	MI	SIM	N/A
	Monitorização regular do orçamento, com análise detalhada das operações efetuadas.	MI	SIM	N/A
Risco de apresentação de propostas subavaliadas por subempreiteiros, com a intenção de, após a contratualização, obter revisões contratuais ou compensações adicionais.	Adjudicações suportadas por avaliação comparativa de propostas e alinhadas com os requisitos internos, sendo quaisquer alterações contratuais sujeitas aos mecanismos formais de aprovação no sharepoint da organização;	MI	SIM	N/A
	Alterações não previstas em orçamento dependentes de validação prévia da Direção de Produção, acompanhada de fundamentação adequada;	MI	SIM	N/A
	Supervisão contínua das adjudicações extraplano face ao orçamento inicial.	MI	SIM	N/A

COMERCIAL E ORÇAMENTAÇÃO

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Ausência de independência no processo de decisão relativo à angariação comercial de projetos junto de clientes que constituem partes relacionadas ou cujos projetos correspondem a interesses de natureza pessoal.	Aplicação e cumprimento do Código de Conduta;	MI	SIM	N/A
	Segregação de funções para garantir que as decisões de angariação, avaliação e aprovação de projetos não estejam concentradas num só colaborador, promovendo um sistema de dupla validação ou aprovação hierárquica;	MI	SIM	N/A
	Definir procedimentos formais e critérios claros, objetivos, transparentes e documentados para a seleção e aceitação de projetos e clientes, reduzindo a margem para decisões discricionárias;	MI	SIM	N/A
	Promover ações regulares de formação em ética, integridade e prevenção da corrupção, reforçando a importância da independência e da imparcialidade nas decisões;	MEI	SIM	N/A
Possibilidade de captação de clientes sem idoneidade adequada, decorrente da inexistência ou insuficiência de procedimentos de due diligence.	Definição de um processo estruturado para qualificação e análise de clientes, incluindo verificação prévia de terceiros;	MI	SIM	N/A
	Acompanhamento regular do nível de risco associado às entidades com quem se estabelecem relações;	MI	SIM	N/A
	Reforço dos procedimentos de controlo e verificação sempre que sejam identificados níveis de risco mais elevados	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Possibilidade de envolvimento em práticas ilícitas, nomeadamente através da concessão de benefícios indevidos ou do exercício de influência imprópria, com vista a obter vantagens em procedimentos de contratação pública ou a influenciar a tomada de decisão por parte de agentes públicos.	Aplicação e cumprimento do Código de Conduta;	MI	SIM	N/A
	Segregação de funções nos processos de contratação pública, assegurando que a decisão, negociação e validação não estejam concentradas sistematicamente nos mesmos intervenientes;	MI	SIM	N/A
	Formalização e transparência dos procedimentos, com recurso obrigatório a plataformas oficiais de contratação pública e documentação integral das decisões;	MI	SIM	N/A
	Formação periódica em ética, integridade e prevenção da corrupção, dirigida a colaboradores com funções expostas a risco, nomeadamente na área comercial e de contratação pública;	MEI	SIM	N/A
	Implementação de canais de denúncia seguros e confidenciais, com garantia de proteção individual;	MI	SIM	N/A
	Auditorias internas regulares e mecanismos de controlo, para verificação do cumprimento dos procedimentos e identificação de situações suspeitas;	MI	SIM	N/A
	Monitorização contínua das interações com agentes públicos, assegurando que todas as comunicações e decisões sejam devidamente documentadas e justificadas	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de celebração de acordos comerciais em condições desfavoráveis ou lesivas para a organização, motivados pela obtenção de vantagens indevidas de natureza pessoal ou alheias aos interesses da entidade.	Adoção de instrumentos formais de validação e fecho de propostas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela organização;	MI	SIM	N/A
	Submissão das condições negociais à análise técnica e validação prévia de acordo com as competências adstritas ao departamento, assegurando a inclusão obrigatória dos pressupostos relevantes no processo de fecho;	MI	SIM	N/A
	Aprovação formal dos orçamentos em conformidade com os níveis de autoridade e hierarquia definidos internamente	MI	SIM	N/A
Manipulação intencional de dados constantes dos orçamentos, comprometendo a rastreabilidade, a fundamentação e a validação adequada das propostas comerciais	Implementação de mecanismos de verificação dos orçamentos por distintos níveis de responsabilidade dentro da estrutura organizacional;	MI	SIM	N/A
	Adoção de instrumentos padronizados para formalização e validação final das propostas, em conformidade com as orientações da empresa;	MI	SIM	N/A
	Aprovação dos orçamentos de acordo com os níveis de hierarquia previamente estabelecidos pela organização.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Elaboração e formalização de contratos com base em modelos contratuais que não asseguram a adequada proteção das vantagens da empresa, podendo favorecer interesses particulares dissociados dos objetivos da organização.	Segregação de funções entre as áreas de negociação, elaboração e validação contratual, evitando concentração de poderes;	MI	SIM	N/A
	Revisão jurídica obrigatória e independente de todos os contratos, assegurando a conformidade legal e a adequada salvaguarda dos interesses da organização;	MI	SIM	N/A
	Adoção de modelos contratuais padronizados, previamente definidos e elaborados pelo departamento jurídico;	MI	SIM	N/A
	Submissão da versão final dos contratos à apreciação e aprovação pela Administração.	MI	SIM	N/A

PRODUÇÃO

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Favorecimento ou desfavorecimento indevido na contratação de fornecedores e subempreiteiros para execução dos projetos	Repartição de responsabilidades das análises técnica e financeira;	MI	SIM	N/A
	Qualificação de fornecedores, critérios objetivos de seleção;	MI	SIM	N/A
	Contratualização com cláusulas de desempenho e verificação prévia (due diligence);	MI	SIM	N/A
	Monitorização do desempenho, aplicação de penalizações e manutenção de registos históricos de atuação;	MI	SIM	N/A
	Implementação de medidas corretivas, incluindo a substituição de fornecedores e a realização de auditorias regulares pela hierarquia definida na organização.	MI	SIM	N/A
Alteração indevida, ocultação de elementos relevantes ou apresentação insuficiente de informação nos orçamentos elaborados, comprometendo a sua adequada monitorização e a fundamentação das despesas associadas.	Elaboração de revisões orçamentais sujeitas à validação da Direção de Departamento e Administração, garantindo a adequada segregação de funções e reforço dos mecanismos de controlo;	MI	SIM	N/A
	Submissão dos reorçamentos a aprovação por diferentes níveis hierárquicos da organização.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Possibilidade de modificação inadequada ou divergência entre as quantidades e descrições de materiais e/ou equipamentos efetivamente rececionados em obra e aqueles que são registados nos sistemas internos.	Separação de responsabilidades entre o colaborador que solicita materiais/equipamentos e aquele que procede à sua receção e verificação;	MI	SIM	N/A
	Registo sistemático e validação diária da utilização efetiva dos equipamentos;	MI	SIM	N/A
	Implementação de mecanismos de controlo automático dos pedidos de aquisição no SharePoint da empresa, assegurando a verificação de quantidades e valores;	MI	SIM	N/A
	Submissão de quaisquer divergências face aos pedidos de compra a aprovação prévia, de acordo com os níveis hierárquicos definidos na organização, através do sharepoint da mesma.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Utilização indevida, apropriação, desvio ou subtração de recursos afetos às empreitadas, com vista à obtenção de benefícios alheios aos interesses da organização.	Sensibilização dos colaboradores através do código de conduta implementado da empresa;	MI	SIM	N/A
	Restrições físicas e controlo de acesso aos locais de obra;	MI	SIM	N/A
	Definição, implementação e monitorização de procedimentos de controlo interno relativos à aquisição, disponibilização e utilização de materiais, equipamentos e demais recursos nas empreitadas.	MI	SIM	N/A
	Adoção de sistemas de registo e rastreabilidade (entradas, saídas e consumos em obra);	MI	SIM	N/A
	Segregação de funções entre requisição, aprovação, receção e utilização de recursos;	MI	SIM	N/A
	Realização de inventários físicos periódicos e reconciliação com os registos contabilísticos.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco dos custos associados a trabalhadores subcontratados e equipamentos alugados excederem a respetiva utilização efetiva em obra, devido à elevada rotatividade de recursos e a desvios entre a presença e a execução real do trabalho.	Segregação de funções entre o pedido, requisição, receção e conferência de materiais e equipamentos;	MI	SIM	N/A
	Registo e controlo diário de presenças dos prestadores de serviços, bem como da utilização efetiva dos equipamentos;	MI	SIM	N/A
	Aprovação hierárquica de desvios relativos a pedidos de mão-de-obra e à aquisição de bens e/ou serviços, através da plataforma SharePoint da organização.	MI	SIM	N/A
	Implementação de controlos de acesso às obras, incluindo soluções automáticas de gestão de entradas e saídas.	MEI	SIM	N/A
Risco de ocorrência de custos adicionais ou trabalhos a mais face ao contrato inicial das obras, sem possibilidade de repercussão no cliente e desprovidos de fundamentação económica, com impacto financeiro negativo para a organização.	Acompanhamento mensal do desempenho das empreitadas, com avaliação sistemática dos resultados;	MI	SIM	N/A
	Promoção de reuniões periódicas para análise e fundamentação dos desvios face ao orçamento inicial aprovado;	MI	SIM	N/A
	Implementação de processos formais de revisão orçamental, com periodicidade mínima semestral.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Prática de atos de corrupção, incluindo a oferta ou concessão de vantagens indevidas a agentes públicos ou entidades fiscalizadoras, no âmbito de inspeções, vistorias ou processos de licenciamento de obras, com vista à obtenção de benefícios	Implementação e cumprimento do Código de Conduta, incluindo a aplicação do respetivo regime disciplinar;	MI	SIM	N/A
	Promoção de ações regulares de formação e sensibilização em matéria de Ética e Compliance, abrangendo os diversos departamentos da organização;	MEI	SIM	N/A
	Segregação de funções e definição de níveis de aprovação para interações com entidades públicas;	MI	SIM	N/A
	Registo formal e transparente de todas as interações com entidades públicas e entidades fiscalizadoras;	MI	SIM	N/A
	Reforço dos mecanismos de controlo e revisão dos procedimentos internos;	MI	SIM	N/A
	Realização de auditorias às áreas de maior risco e implementação de ações corretivas com monitorização contínua para prevenir reincidências.	MI	SIM	N/A

TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Negociação de parcerias tecnológicas mediante a concessão ou obtenção de benefícios indevidos, alheios aos interesses da organização.	Acompanhamento contínuo das parcerias, assegurando a sua conformidade com as políticas e normas internas da organização;	MI	SIM	N/A
	Definição de políticas e critérios de aprovação de parcerias, com due diligence e segregação de responsabilidades por níveis hierárquicos adstritos à organização;	MI	SIM	N/A
	Formalização contratual com cláusulas de ética e declaração de conflitos de interesse.	MI	SIM	N/A
	Anualmente rever, analisar e avaliar o desempenho das parcerias formalizadas com a organização.	MI	SIM	N/A
Aquisição de software e respetivas licenças com vista à obtenção de benefícios indevidos, próprios ou de terceiros, alheios aos interesses da organização.	Formalização de contratos detalhados e específicos, integrando cláusulas rigorosas de conformidade normativa e ética;	MI	SIM	N/A
	Políticas de adjudicação com aprovação hierárquica, centralização de compras e controlo de licenças;	MI	SIM	N/A
	Segregação de funções e sensibilização para uso adequado;	MI	SIM	N/A
	Auditorias e regularização de utilizações indevidas;	MI	SIM	N/A
	Aplicação de medidas disciplinares e reforço de controlos internos.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Implementação de mecanismos de controlo de acessos aos sistemas de informação, assegurando a confidencialidade das credenciais e a adequada atribuição de perfis e privilégios de acesso a informação sensível da empresa.	Implementação de mecanismos de auditoria que assegurem a revisão periódica dos acessos aos sistemas de informação adstritos à organização;	MI	SIM	N/A
	Definição e aplicação de uma política de segurança da informação abrangente e robusta;	MI	SIM	N/A
	Controlo de acessos por perfis, autenticação forte e políticas de palavras-passe complexas;	MI	SIM	N/A
	Monitorização de acessos e sensibilização em segurança da informação;	MI	SIM	N/A
	Revisão e revogação de acessos indevidos;	MI	SIM	N/A
	Apuramento de incidentes, aplicação de medidas disciplinares e reforço dos mecanismos de controlo nos sistemas de informação da organização.	MI	SIM	N/A
Risco de utilização indevida ou acesso não autorizado a informação confidencial, por colaboradores ou terceiros, decorrente de gestão inadequada dos perfis e privilégios de acesso aos sistemas de informação.	Definição de perfis de acesso aos sistemas com base nas funções desempenhadas;	MI	SIM	N/A
	Atribuição de permissões específicas em conformidade com a Política de Acessos definida pela empresa;	MI	SIM	N/A
	Validação e aprovação dos acessos pelo responsável da organização pela gestão, proteção e utilização adequada do respetivo conjunto de dados.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de não conformidade legal decorrente da alteração indevida de minutas contratuais definidas pela área jurídica e do desconhecimento das obrigações regulamentares aplicáveis, com potencial impacto jurídico, financeiro e reputacional para a organização.	Qualquer alteração às minutas contratuais base deve ser obrigatoriamente submetida à validação do departamento jurídico;	MI	SIM	N/A
	Utilização obrigatória de minutas contratuais padronizadas, com validação prévia do departamento jurídico para quaisquer alterações;	MI	SIM	N/A
	Formação regular dos colaboradores sobre requisitos legais e envolvimento da área jurídica nos processos contratuais;	MEI	SIM	N/A
	Revisão e regularização de contratos em situação de não conformidade, com recurso a apoio jurídico;	MI	SIM	N/A
	Reforço dos procedimentos internos e dos mecanismos de controlo, com base nas irregularidades identificadas.	MI	SIM	N/A

QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de conflito de interesses no âmbito de auditorias internas, suscetível de comprometer a independência, imparcialidade e fiabilidade dos resultados, bem como a eficácia do Sistema Integrado de Gestão.	Realização de auditorias periódicas e independentes ao sistema, assegurando a avaliação sistemática da conformidade com normas, políticas internas e requisitos legais, bem como a identificação de não conformidades, oportunidades de melhoria e o reforço da eficácia do Sistema Integrado de Gestão;	MI	SIM	N/A
	Definição de critérios formais de independência e imparcialidade para a seleção de auditores, exigência de declarações prévias de inexistência de conflitos de interesses e implementação de rotação periódica de auditores, de forma a assegurar a objetividade, transparência e credibilidade do processo de auditoria;	MI	SIM	N/A
	Substituição de auditores em situações de potencial conflito de interesses, realização de revisões independentes dos relatórios de auditoria para assegurar a sua imparcialidade e fiabilidade, e reforço dos mecanismos de controlo e supervisão do processo de auditoria.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de condicionamento da independência e fiabilidade das auditorias internas, podendo originar omissões ou distorções de informação, incumprimento de requisitos, fragilização do controlo das não conformidades e ineficaz avaliação de desempenho de entidades internas e externas, comprometendo a eficácia do Sistema Integrado de Gestão.	Definição de critérios de independência, assegurando a segregação de funções e a rotação periódica de auditores, de forma a evitar vínculos com os departamentos auditados;	MI	SIM	N/A
	Implementação de declarações formais de inexistência de conflitos de interesses e promoção de formação contínua em ética e auditoria, reforçando a imparcialidade e competência dos intervenientes;	MI	SIM	N/A
	Substituição de auditores em situações de potencial conflito e realização de revisões independentes dos relatórios, garantindo a fiabilidade dos resultados;	MI	SIM	N/A
	Investigação de desvios ou irregularidades identificadas e reforço dos mecanismos de controlo e procedimentos internos para prevenir recorrências.	MI	SIM	N/A
Risco de manipulação ou omissão de informação relevante, bem como de falhas ou práticas indevidas no âmbito de auditorias internas e externas, incluindo situações de suborno a entidades certificadoras, comprometendo a identificação de não conformidades e a credibilidade do Sistema Integrado de Gestão.	Monitorização regular de indicadores de desempenho e realização de auditorias internas periódicas;	MI	SIM	N/A
	Garantia de qualificação adequada dos auditores e recurso, sempre que necessário, a entidades externas especializadas;	MI	SIM	N/A
	Assegurar a rotatividade e independência dos auditores externos, com definição da equipa apenas no momento da formalização;	MI	SIM	N/A
	Realização de auditorias de forma transversal aos diversos departamentos e níveis hierárquicos da organização.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Omissão ou manipulação de informação em matéria de segurança, incluindo a não comunicação de incumprimentos, a alteração, ocultação ou falsificação de registos e relatórios, com impacto na transparência, no cumprimento das obrigações legais e na adequada proteção dos trabalhadores.	Definição de procedimentos de registo e comunicação de ocorrências, assegurando a validação, integridade e rastreabilidade da informação;	MI	SIM	N/A
	Realização de auditorias e ações de formação contínuas para assegurar o cumprimento das normas de ética e segurança, com reforço dos controlos internos e monitorização permanente para prevenir a repetição de irregularidades;	MI	SIM	N/A
	Adoção de sanções disciplinares adequadas à natureza e gravidade da infração, conforme os regulamentos internos, com vista a assegurar o cumprimento das normas e dissuadir a repetição de comportamentos irregulares.	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Risco de favorecimento indevido na seleção de fornecedores e de utilização imprópria dos recursos afetos à segurança, em benefício próprio ou de terceiros, em detrimento dos colaboradores e subcontratados, comprometendo a segurança no exercício das suas funções.	Auditorias e inspeções regulares com realização de verificações periódicas aos processos de seleção de fornecedores e à utilização de recursos de segurança, com vista a assegurar a conformidade com os procedimentos definidos e identificar eventuais irregularidades;	MI	SIM	N/A
	Formação em ética e segurança com promoção de ações de formação contínuas para sensibilizar os colaboradores quanto às regras de conduta, prevenção de conflitos de interesse e utilização adequada dos recursos;	MEI	SIM	N/A
	Reforço dos mecanismos de controlo e monitorização contínua, incluindo a melhoria da supervisão das atividades e a verificação do uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPI) em obra, assegurando a prevenção e deteção de situações de favorecimento indevido ou utilização inadequada de recursos;	MI	SIM	N/A
	Aplicação de medidas disciplinares com a adoção de sanções proporcionais em caso de incumprimento das normas, de acordo com os regulamentos internos na empresa, com o objetivo de dissuadir práticas indevidas	MI	SIM	N/A

Risco	Medida preventiva	Avaliação da Medidas		
		Nível	Medida Eficaz?	Medidas corretivas a adotar?
Conluio e favorecimento indevido de entidades externas, através da atribuição de vantagens injustificadas (ex.: fornecedores, subempreiteiros ou entidades fiscalizadoras), ou da atuação planeada para ocultar incumprimentos, comprometendo a imparcialidade, a transparência e a obediência das normas aplicáveis em matéria de segurança.	Definição de critérios claros, objetivos e documentados para a seleção de entidades externas, assegurando a separação de responsabilidades entre as diferentes fases do processo (avaliação, decisão e aprovação) e a aplicação de políticas anticorrupção que previnam conflitos de interesse e a atribuição de vantagens indevidas;	MI	SIM	N/A
	Implementação de mecanismos de registo e acompanhamento das decisões tomadas, assegurando a sua rastreabilidade e transparência, bem como a realização de auditorias periódicas para verificação da conformidade com os procedimentos e identificação de eventuais irregularidades e revisão de decisões e contratos;	MI	SIM	N/A
	Aplicação de medidas disciplinares adequadas em caso de incumprimento das normas e procedimentos internos, assim como reforço dos mecanismos de controlo e supervisão, através da revisão de processos, definição de medidas adicionais e monitorização contínua para prevenir a repetição de irregularidades.	MI	SIM	N/A

No Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), constatou-se a identificação de 41 riscos e, conseqüentemente, a identificação de 153 medidas de prevenção. Em relação ao grau de implementação dessas medidas, verifica-se que a EDINORTE apresenta 145 medidas implementadas e 8 medidas em implementação. Das medidas identificadas todas apresentam-se eficazes, não tendo sido identificada a necessidade de adoção de medidas corretivas.

## CONCLUSÃO

Da avaliação anual efetuada, conclui-se que, desde a implementação do PPR até à presente data, não se verificaram alterações que justifiquem a revisão da avaliação de risco efetuada no PPR. Neste sentido, a avaliação dos fatores de risco identificados no PPR mantém-se válida, não existindo qualquer situação de risco elevado ou muito elevado.

Adicionalmente, a EDINORTE não identificou atos de corrupção e infrações conexas no período a que o presente relatório respeita.

Conforme o disposto no n.º 6 do artigo 6.º do anexo do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, o Relatório Anual de Avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da EDINORTE, será disponibilizado aos seus colaboradores, no prazo de 10 dias contados desde a sua elaboração na intranet bem como na página oficial da internet em <https://www.edinorte.pt/etica-e-compliance/>.

Aprovação